

felip a

EDIÇÃO ÚNICA
DEZEMBRO
2022

ISBN: 978-65-998479-5-0



DIREITO, CULTURA E RELAÇÕES RACIAIS

Felipa [livro eletrônico] : direito, cultura e relações raciais / organização Laíse Nunes Mariz Leça. -- 1. ed. -- Petrolina, PE: INATEC, 2022.
PDF

Vários autores.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-998479-5-0

1. Cultura - Aspectos sociais 2. Direito - Brasil
3. Identidade étnica - Brasil 4. Negros - Biografia
5. Negros - Brasil 6. Negros - Brasil - Condições sociais
7. Negros - Direito 8. Racismo - Aspectos jurídicos
9. Racismo - Aspectos sociais 10. Racismo - Brasil
11. Violência - Aspectos sociais - Brasil
I. Leça, Laíse Nunes Mariz.

23-141546

CDD-305.896081

Índices para catálogo sistemático:

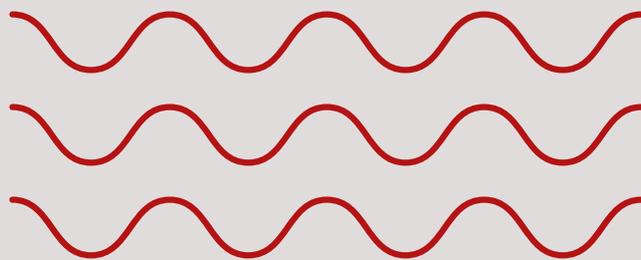
1. Brasil : Negros : Identidade : Aspectos sociais
305.896081

Henrique Ribeiro Soares - Bibliotecário - CRB-8/9314

**"Nós somos
aqueles
por quem
estávamos
esperando."**

June Jordan

EDITORIAL



Esta revista foi produzida pelas alunas de mestrado, doutorado e especiais do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia, como atividade de extensão da disciplina "Tópicos Especiais em Direito, Cultura e Relações Sociais", ministrada pela professora Ana Luiza Flauzina. Neste trabalho, tentamos articular conhecimento acadêmico, pesquisa e análise das violências sofridas pela população negra, apresentando um escrito-protesto e alerta social.

As discussões da revista buscam trazer temas que afetam homens e mulheres invisibilizados pelo racismo e biopoder impregnados na sociedade, resultando diariamente em abuso, angústia, desrespeito, perda de direitos e desigualdades que, se não reveladas, transformam-se em silêncio-morte retroalimentado.

Norteadas pelo sentido de aliança, coletividade, esperança, ancestralidade, amor-como-artefato-de-luta e inspiradas nas provocações da professora Ana Flauzina, tivemos a intenção de promover neste trabalho o protagonismo negro não apenas em seus sofrimentos mas, principalmente, na sua resistência e possibilidades.

A necessária mobilização de saberes que não datam dos tempos de hoje, mas que se forjam na ancestralidade e desaguam na solidariedade, resistência, liderança, garra e inteligências de homens e mulheres potentes que deram voz e oportunidade à nossa geração, para a reconstrução dos caminhos de superação das dificuldades, permitindo alegrias e a projeção de vitórias futuras.

Essa ancestralidade, já vitoriosa, é lembrada nesta edição única, como homenagem à heroína da independência da Bahia e mulher-negra Maria Felipa. Segundo a tradição oral, ela liderou homens e mulheres negros e indígenas em batalhas contra o domínio português sobre Itaparica. Nascida em família de negros escravizados, era marisqueira e pescadora, além de capoeirista e adepta do candomblé. Mesmo com seus feitos heroicos, houve um apagamento na trajetória de Maria Felipa, que demorou para ter o devido reconhecimento, que só veio graças à memória do seu povo. Neste sentido, não há, sequer, registros de sua imagem. O desenho que ilustra nossa capa é um retrato falado, feito pela perita técnica Filomena Orge (que, gentilmente, autorizou a utilização), com base em declarações orais.

Enaltecer os feitos de Maria Felipa é reavivar as mulheres-e-homens-potência que o mundo constrói diariamente, mas que precisam de cooperação coletiva para vencer o balé das lutas e da violência. Permitir que os negros sejam protagonistas de novas vitórias em estado de igualdade é o verdadeiro sentido da palavra poder-ser. O poder-ser negro que verdadeiramente signifique: Não estar sozinho. Vencer emocionado vencendo junto. Construindo a perfeita Utopia para hoje.

QUEM FEZ O QUÊ



CAPA

Laíse Nunes Mariz Leça

Retrato de Maria Felipa: Filomena Modesto Orge

EDIÇÃO

Ágata Neves

Laíse Nunes Mariz Leça

REVISÃO

Bárbara Macri

DIAGRAMAÇÃO

Ágata Neves

Laíse Nunes Mariz Leça

COM TEXTOS DE

Bárbara Macri

Brenda Sampaio

Fernanda Ferreira

Janaína Barros

Joice Miranda Schmücker

Karina da Hora Farias

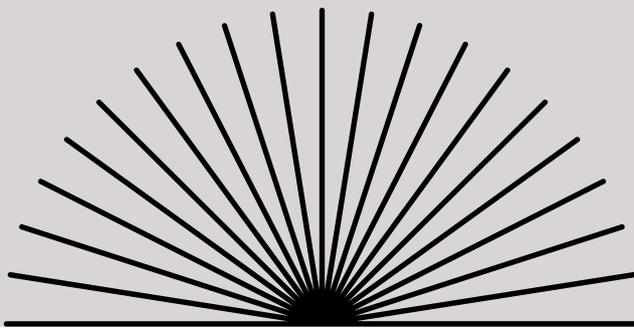
Laíse Nunes Mariz Leça

Marinho Soares

Paula Ramaiane

Tailane Vieira Lopes

Vanessa Nunes Lopes



ÍNDICE



07 DIREITO, MEMÓRIA E DEMOCRACIA

Teixeira de Freitas e nossos silêncios eloquentes

Vanessa Nunes Lopes

09 AFROTURISMO

Um passeio na cultura e na História do povo negro

Laíse Nunes Mariz Leça

14 QUEM É HERON GORDILHO?

Direito, Política e Rock n' Roll: um pouco mais sobre Heron Gordilho, o primeiro negro a se tornar Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia

Tailane Vieira Lopes

17 SAMBA PRA RUA

Negra vida em movimento

Vanessa Nunes Lopes

19 ELEIÇÕES 2022

O retrato de uma falha histórica ante a pequena representatividade de negros e minorias nas esferas de poder

Brenda Sampaio

21 INFORMALIDADE

Alternativa na crise sanitária e econômica da Covid-19

Paula Ramaiane

24 A MANIFESTO

É afro, é pop, é resistir

Janaína Barros

25 ALGORITMOS DISCRIMINATÓRIOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Por uma proteção de dados ética e antidiscriminatória

Karina da Hora Farias

29 'SALVAMOR' É BARRIL

Números da violência armada atraem instituto de contagem de tiros para atuar na cidade e região metropolitana

Bárbara Macri

34 PARA OUVIR

5 podcasts sobre cultura, história e vivências negras

Laíse Nunes Mariz Leça

35 CASO BARBOSA

O estigma do goleiro negro

Fernanda Ferreira

38 TÁ NA MODA

5 marcas baianas de forte influência africana que estão dominando as passarelas

Laíse Nunes Mariz Leça

43 A MULHER-REI

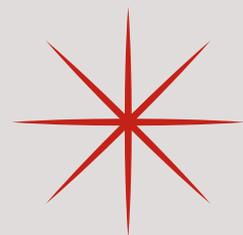
Uma resenha sobre o filme estrelado por Viola Davis

Joice Miranda Schmücker

45 CRÔNICA

Sempre suspeitas

Marinho Soares



DIREITO, MEMÓRIA E DEMOCRACIA

Teixeira de Freitas e nossos silêncios eloquentes

Por Vanessa Nunes Lopes

O mês de agosto deste ano foi marcado por manifestações de faculdades de direito em todo o país em defesa da democracia, em resposta a ataques do atual presidente da república ao processo eleitoral então em curso. O ato inaugural, promovido pela faculdade de direito do Largo de São Francisco, em São Paulo - a mesma que, em 1850, recusou Luiz Gama¹ - foi a leitura de uma carta pública exortando a consciência cívica e o respeito à Constituição, e terminada com a seguinte afirmativa:

"Estado Democrático de Direito Sempre!"

Esse pano de fundo é interessante porque nos convida a pensar sobre o papel do direito e, mais especificamente, das instituições de ensino jurídico quando se trata de democracia. Refletindo sobre a história do Brasil e sua prática sistemática de violação e escravização de pessoas, remodelada ao longo dos séculos mesmo depois de abolida a escravidão, e a atualizada na forma de genocídio antinegro, talvez a pergunta mais adequada que a comunidade acadêmica devesse fazer seria:

"Estado democrático de direito? Quando?"

1. Em 2021, Luiz Gama recebeu o título póstumo de Doutor Honoris Causa pela Universidade de São Paulo. A titulação, contudo, foi concedida por proposta oriunda do Departamento de Jornalismo, e não do Direito.

Retomar a história do direito brasileiro de maneira responsável é urgente porque nos permitirá ajustar as contas com os pactos jurídicos que, por ação ou omissão, sustentam o edifício de desigualdades que chamamos de país, e talvez nos aponte caminhos menos ingênuos e mais potentes quando nos propusermos a lutar pela democracia.

Para fazer esse exercício no caso específico da faculdade de direito da Universidade Federal da Bahia, um passo importante é refinar o olhar para a própria história do nome que designa a sua biblioteca. Criada em 1891, a biblioteca da faculdade de direito da UFBA leva o nome de Teixeira de Freitas, à época professor da casa. Pouco mais de 30 anos antes, em 1858, Teixeira de Freitas havia apresentado sua Consolidação das Leis Civis, da qual optou por deixar de fora o tratamento jurídico da escravidão. Quem nos chama atenção sobre isso é Nilo Batista: "(...) Conhecemos a fórmula circunloquial pela qual a escravidão foi incorporada pela Constituição Imperial, como tácito efeito do direito de propriedade. Ao apresentar sua Consolidação das Leis Civis, aprovada pelo governo em 1858, Teixeira de Freitas realçava não haver 'um só lugar de nosso texto onde se trata de escravos', apesar de 'termos a escravidão entre nós (...) este mal é uma exceção' que deverá 'extinguir-se em época mais ou menos remota', sendo pois conveniente que 'na reforma de nossas leis civis não as maculemos com disposições vergonhosas (...) que não são muitas' e estariam melhor alojadas 'em nosso Código Negro' - que jamais existira nem existiu. Este fundamento velado ou subentendido, que não constava da Constituição nem seria recomendável constasse das leis civis, era suprido e avigorado pela transferência de regras jurídicas da escravidão antiga para a escravidão colonial moderna, operação bem adequada à mentalidade de juristas formados na tradição europeia do direito comum (...)."

As conclusões de Nilo Batista acerca do fundamento de Teixeira de Freitas encontram eco em uma passagem descrita no prefácio à edição comemorativa da Consolidação das Leis Civis, publicada em 2003 pelo Senado Federal, na qual se confirma que, valendo-se de

disposições do Direito Romano, o homenageado da biblioteca ratificava apaixonadamente a escravidão: "Mais tarde, em 1857, empossado havia poucos meses na Presidência do Instituto dos Advogados Brasileiros, nobre instituição que ajudara a fundar em 1843, Teixeira de Freitas emitiu parecer em consulta feita ao Instituto sobre se eram livres os filhos de escrava que, em testamento, havia sido liberta, mas com a cláusula de servir a um herdeiro ou legatário, enquanto este vivesse. Fundado na interpretação de texto de Ulpiano, entendeu que eles seriam escravos, enquanto Caetano Alberto Soares, ex-presidente e também parecerista, respondera que os filhos seriam livres.

Retomar a história do direito brasileiro de maneira responsável é urgente porque nos permitirá ajustar as contas com os pactos jurídicos que (...) sustentam o edifício de desigualdades que chamamos de país.

A questão foi submetida a votos no Instituto e venceu a tese de Caetano Alberto. Inconformado com os debates, que se prolongaram por três sessões, e com o resultado desfavorável, Freitas enviou carta ao Instituto e renunciou à sua presidência, ocasião em que ofereceu certa quantia (um conto de réis) para se iniciar uma biblioteca, indicando como primeira necessidade a aquisição de exemplar do "Corpus Juris Civilis". A renúncia foi aceita, mas a oferta recusada."

É interessante pensar em como uma consolidação de leis, feita para tudo abarcar, também revela muito por aquilo que deixa de fora. Então, pensemos.

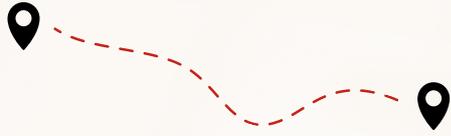
Fontes:

Pena Pública e Escravismo. Capítulos de Política Criminal, 1ª ed. Rio de Janeiro: Renvan, 2022, p. 164-165.

Coleção História do Direito Brasileiro. Consolidação das Leis Civis, vol. I, Brasília: Senado Federal, 2003, p. 13

AFRO

Um passeio na cultura e na História do povo negro



TURISMO

Por Laíse Nunes Mariz Leça

O que você tem visto?

O turismo é uma das formas mais legais de conhecer coisas novas e entender a história dos lugares. Mas você já parou para pensar que grande parte do turismo que consumimos é idealizado por pessoas brancas?

As pessoas negras ocupam o território brasileiro há quase cinco séculos e pardos e pretos, de acordo com pesquisa do IBGE baseada em autodeclaração, representam 56,2% da população. Mas, entre os palácios, museus, igrejas, jardins, mansões e prédios turísticos que você já conheceu, quantos deles relatam a história e exaltam a cultura do povo preto? Isso diz muito sobre a colonização do nosso país. Uma frase, atribuída a George Orwell, diz que a história é escrita pelos vencedores. Se, tanto tempo depois da conquista da independência e da abolição da escravidão, ainda persistimos numa cultura tão eurocentrada, podemos mesmo nos considerar vencedores?

Então, se quisermos conhecer – verdadeira e profundamente – a história do nosso país e da nossa cidade, nós precisamos conhecer a história do povo negro. Mas, infelizmente, o nosso aparato turístico serve majoritariamente para reforçar a versão dos colonizadores.

O afroturismo

Segundo Bia Moremi, CEO e Diretora Criativa da Brafrika Viagens, o afroturismo aparece como uma vertente do turismo tradicional incluindo e dando destaque à cultura negra dos locais visitados, colocando como prioridade fornecedores negros nessa cadeia produtiva e tomando ações afirmativas para deixar os viajantes negros mais confortáveis, acolhidos e seguros ao viajar. Vamos falar mais sobre cada uma dessas missões?

Conhecimento e reconhecimento

A principal função do afroturismo é proporcionar conhecimento sobre o povo negro, inclusive para o próprio povo negro que, muitas vezes, não tem acesso a materiais, locais e aparatos turísticos capazes de trazer profunda informação e imersão. Além dos métodos de aprendizagem tradicionais, o turismo também pode ser uma ferramenta relevante para reconhecer e desenvolver a identidade negra das pessoas. O afroturismo também traz um importante senso de representatividade para a comunidade, como parte essencial da história brasileira em muitos campos, e não apenas naqueles em que a história e o turismo tradicionais resolveram colocá-la.

Se quisermos conhecer, verdadeira e profundamente, a história do nosso país e da nossa cidade, nós precisamos conhecer a história do povo negro.

Valorização

Com o afroturismo, os negócios comandados por afroempreendedores também são favorecidos, em um movimento denominado “black money”, que consiste no consumo, pelas pessoas negras, de produtos e serviços, preferencialmente, ofertados por outras pessoas negras.

Muitas comunidades (como asiática, árabe e judaica) utilizam essa prática como uma forma de melhorar o nível financeiro do seu próprio povo, sobretudo em épocas de desvantagem econômica.

Acolhimento

Em uma pesquisa apresentada em 2018, a turismóloga Thainá Santos constatou que 46,7% dos viajantes negros já vivenciaram ou sofreram situações de racismo e/ou injúria racial em viagens pelo Brasil. Dentre os tipos de situações vivenciadas, estão acusações de furto/roubo, depreciação estética, revista pessoal injustificada e até agressões verbais e físicas, e outras formas de discriminação mais “veladas”, como atendimento diferenciado, olhares desconfortáveis ou ser confundido com funcionário.

O atendimento especializado em afroturismo, priorizando negócios criados e geridos por pessoas negras, é uma forma de garantir o acolhimento adequado que esses turistas precisam.

Não estamos defendendo que se voltar a uma bolha racial seja o caminho ideal para o problema do racismo vigente no nosso país, mas precisamos de medidas urgentes para que turistas negros se sintam imediatamente confiantes, seguros e à vontade para aproveitar sua viagem.

O afroturismo é para todo mundo

Se nós só estamos consumindo programas turísticos que partem exclusivamente do ponto de vista do colonizador, estamos perdendo uma boa parte da História. No cinema, é o que chamamos de “narrador não confiável”.

Uma das raízes do preconceito, como a própria etimologia sugere, é a falta de conhecimento e reconhecimento das pessoas como seres humanos, com histórias dignas de serem contadas e cultura rica para ser compartilhada.

Ao conhecermos a história do outro, ao mesmo tempo em que nos abrimos para coisas novas, percebemos também o quão somos parecidos. Penso que esse misto de identificação e novidade seja o grande impulso vital que buscamos nas relações humanas e o motivo pelo qual o turismo é uma atividade tão fascinante.

No TED Talk intitulado “O perigo de uma história única”, Chimamanda Ngozi Adichie, ativista nigeriana e um dos nomes mais aclamados da literatura contemporânea, nos alerta que “as histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada”.

Ao conhecermos a história do outro, ao mesmo tempo em que nos abrimos para coisas novas, percebemos também o quão somos parecidos. Penso que esse misto de identificação e novidade seja o grande impulso vital que buscamos nas relações humanas e o motivo pelo qual o turismo é uma atividade tão fascinante.

À história do povo negro costuma ser reservado um recorte muito específico nos museus e pinacotecas da Europa ou de lugares com forte influência europeia: a escravidão. Ainda que esses lugares apresentem a escravidão como errada, injusta e criminosa, mostrem o horror que se passou com as pessoas escravizadas e exaltem o processo de libertação, ainda é reduzir a história milenar de um povo a um período de tortura e humilhação. Na sua canção “Amarelo”, Emicida diz “Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes. Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes. É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir”.

Por uma Salvador afroturística

Em Salvador, pretos e pardos autodeclarados correspondem a 79,5% da população. Não posso dizer que, na nossa cidade, não temos fácil acesso a música, dança, estética e gastronomia de raízes africanas, mas, quando pensamos em atrativos turísticos, o quanto disso ainda é reservado à visão dos colonizadores?

As iniciativas de turismo afrocentrado e empreendedorismo negro têm crescido cada vez mais na nossa cidade e, recentemente, a Prefeitura de Salvador lançou um plano de reconhecimento com um aporte de R\$15 milhões, vindos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, para promover ações de afroturismo.

A ideia é fomentar atividades culturais, religiosas, artísticas e econômicas, tais como dança, arte, literatura, música, moda, gastronomia e esporte, destacando a força e expressão da cultura afrobrasileira presente na cidade.

Dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) revelam que, atualmente, 49% dos negócios no país são comandados por negros. Entre os estados brasileiros com maior proporção de pretos e pardos donos de negócios, está a Bahia, com 12%.

Neste cenário, o projeto batizado de “Salvador Capital Afro” também visa destacar e potencializar os afroempreendedores locais, em especial, as mulheres. Entre aqueles que fazem parte da indústria criativa de Salvador, estão as baianas de acarajé, capoeiristas, artistas, guias de turismo, trançadeiras, turbanteiras, operadores de turismo que organizam roteiros e experiências afrocentradas.

Em Salvador, pretos e pardos autodeclarados correspondem a 79,5% da população (...) mas, quando pensamos em atrativos turísticos, o quanto disso ainda é reservado à visão dos colonizadores?

Um pequeno guia afroturístico no centro histórico de Salvador

Selecionamos 5 atrações turísticas, que exaltam a história e cultura do povo preto, para conhecer na sua próxima visita ao centro histórico de Salvador.

Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD)

A Sociedade Protetora dos Desvalidos é uma organização civil de homens negros no Brasil, fundada em 16 de setembro de 1832, para funcionar como uma junta de alforria, cinco décadas antes da abolição da escravidão, que ajudava pessoas escravizadas e seus familiares na busca por liberdade. A partir de 1851, passou a assumir características de uma sociedade mutualista, baseada na entreatajuda, e contava com um sistema de crédito para assistir aos sócios e seus familiares. Além disso, tratava-se de um espaço de convivência entre trabalhadores negros livres, que buscavam promoção individual e a oportunidade de um futuro melhor. Apesar de ser uma instituição ainda em funcionamento, visitas turísticas são permitidas.



Monumento a Zumbi

Em um país com tantas estátuas e bustos exaltando colonizadores, é bonito de se ver a escultura de Zumbi dos Palmares, assinada pela artista plástica Márcia Magno, localizada na Praça da Sé.

Símbolo da resistência contra a opressão portuguesa, Zumbi foi um importante líder quilombola brasileiro e o último dos líderes do Quilombo dos Palmares, o maior do período colonial.





Igreja do Rosário dos Pretos

Como outros grupos da colônia, os negros se organizavam em agrupamentos religiosos de ajuda mútua, as chamadas irmandades ou confrarias e eram particularmente devotos de Nossa Senhora do Rosário.

A Igreja da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo, mais conhecida como Igreja do Rosário dos Pretos, foi fundada em 1685, por uma das primeiras dessas irmandades de homens pretos do Brasil.

A atual Igreja do Pelourinho começou a ser construída em 1704 pela própria Irmandade, pelos próprios irmãos negros, incluindo os escravizados. A imagem barroca de Nossa Senhora do Rosário, de 1685, foi trasladada da Sé e está no altar-mor.

Preservando sua história ligada à diáspora negra, a liturgia dos cultos faz uso de músicas dos terreiros de Candomblé, ao som de atabaques. Nesta igreja, é celebrada toda terça-feira uma missa católica que incorporou alguns dos elementos da cultura africana, como as cantorias e danças.

Cidade da Música da Bahia

Salvador tem, na música, uma de suas principais manifestações culturais. A Cidade da Música da Bahia apresenta a história da música desde os tempos da colonização da primeira capital do Brasil até a explosão de diversidades sonoras dos tempos contemporâneos.

Embora não seja um museu exclusivo sobre a cultura negra, é impossível desassociar a música baiana das

suas influências africanas: o axé, o samba, as cantigas de capoeira, os cantos dos orixás e os instrumentos musicais como agogô, berimbau, tambores e atabaques, entre tantas outras contribuições.

Além disso, festeja os grandes músicos negros e baianos de importância gigante no Brasil e no mundo, como Carlinhos Brown, Gilberto Gil, Margareth Menezes e o grupo Olodum.

Foto: Fábio Marconi/SECOM Salvador (divulgação)



Casa do Benin

Inaugurada em 1988, a Casa do Benin resultou do intercâmbio mantido entre a Bahia e o país africano Benin, através da cidade de Cotonou. Após uma reforma executada pela arquiteta Lina Bo Bardi – que manteve as linhas externas do casarão secular, mas modernizou os espaços – a casa abriga uma rica coleção de objetos e obras de arte da região do Golfo do Benin, de onde veio a maioria dos negros que povoaram o Recôncavo Baiano. O espaço abriga também exposições temporárias e oficinas artísticas.



Foto: Betto Junior/SECOM Salvador (divulgação)

Não quer ir sozinho(a)? Veja essas iniciativas de guias de afroturismo que têm passeios em Salvador:

- ▶ **Guia Negro**
instagram.com/guianegro
- ▶ **Afrotours**
instagram.com/afrotours_bahia
- ▶ **Experiência Griô**
instagram.com/grioexp
- ▶ **Brafrika Viagens**
instagram.com/brafrika_viagens
- ▶ **Afrotrip**
instagram.com/afrotrip

Fontes

MENDONÇA, Tatiane. Conheça a história da Sociedade Protetora dos Desvalidos, primeira associação civil negra do país. Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conheca-a-historia-da-sociedade-protetora-dos-desvalidos-primeira-associacao-civil-negra-do-pais/>

MOREMI, Bia. O que é afroturismo e sua importância. CNN Brasil. Disponível em: <https://viagemegastronomia.cnnbrasil.com.br/cultura/o-que-e-afroturismo-e-sua-importancia>

Portal Salvador da Bahia. Disponível em: <https://www.salvordabahia.com/experiencias>

Portal Pelourinho Dia e Noite. Disponível em: <https://pelourinhodiaenoite.salvador.ba.gov.br/>

SANTOS, Thaina Souza. O viajante afro-brasileiro: enegrecendo o turismo. Universidade de São Paulo. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5830662/mod_resource/content/1/ENEGRECER%20o%20Turismo%20-%20Thaina%CC%81%20SANTOS.pdf

QUEM É HERON GORDILHO?

DIREITO, POLÍTICA E ROCK'N' ROLL: UM POUCO MAIS SOBRE O PRIMEIRO NEGRO A SE TORNAR PROFESSOR TITULAR DA FACULDADE DE DIREITO DA UFBA

Por Tailane Vieira Lopes

Salvador, Bahia, dia 05 de agosto de 2022, às 09h da manhã, na Sala dos Órgãos Colegiados da Universidade Federal da Bahia, Heron José de Santana Gordilho se torna o primeiro negro a ocupar o cargo de Professor Titular daquela Faculdade de Direito.

Em cerimônia presidida pelo Professor Edvaldo Brito (UFBA) e complementada pelos professores Raul Zaffaroni (UBA/Arg), Marita Candela (UAB/Esp), Andreas Krell (UFAL/Br) e David Cassuto (PACE/ EUA), o menino nascido na cidade de Candeia/BA, tornava-se Professor Titular na Carreira do Magistério Federal, sendo o primeiro homem negro a alcançar aquele posto na terceira Faculdade de Direito do Brasil, localizada na cidade do Salvador, a cidade mais negra fora do continente africano.

Destacando tal façanha, diversas matérias jornalísticas foram veiculadas em mídias digitais do Brasil, afinal de contas, é preciso saber por que somente depois de 131 anos um preto consegue virar o jogo e reverter a ordem hierárquica de um sistema social que exclui os negros das posições de destaque.

Mas, finalmente, quem é Heron Gordilho?

Para responder essa pergunta, fomos até a sede do Ministério Público do Estado da Bahia, onde o novo professor titular é promotor de justiça, e batemos um papo marcado por nostalgia e saudosismo.

Sobre sua história, conta que nasceu em 23 de março de 1962, pelas mãos da "tia Maricota", em uma pequena casa da Rua Nova do Passé, no recém-emancipado município de Candeias/BA. Segundo, porém o mais rebelde - como ele próprio se define - dos sete filhos de José Valdemiro de Santana Gordilho e Maria Luiza de Jesus Santana Gordilho.

Cresceu em uma típica família negra da classe operária com baixo capital simbólico. Seu pai era trabalhador braçal do ramo de exploração do petróleo e sua mãe, nascida na Fazenda São Roque, Quilombo de Dom João, sempre foi dona de casa.

O professor afirma que não teve acesso a livros em casa, tendo recebido pouca, ou quase nenhuma, herança cultural literária, uma vez que seus pais sequer concluíram o ensino fundamental.

Logo após o golpe militar de 1964, a família veio morar em Salvador, em um apartamento localizado na Rua Agripiniano de Bairros, no bairro da Caixa D'Água, onde viveu pequena parte da infância. Depois, quando estava com 6 anos, mudaram-se para o recém-criado bairro do Stiep, Quadra 8, Travessa 7, n. 31, uma casa financiada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e construída próximo à sede do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Exploração de Petróleo (STIEP), entidade que deu nome ao bairro.

Seu pai acabou se tornando líder sindical e, em 1967, foi eleito vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Petrobras. Embora ele tenha perdido seus direitos políticos por força do AI-5, exerceu uma grande influência que mais tarde seria fundamental na vida do filho.



Heron Gordilho sempre estudou em escolas públicas: primeiro no Colégio Estadual Emílio Garrastázú Médici e depois no Colégio Estadual Manoel Devoto. Como muitos jovens da classe operária, foi seduzido pela possibilidade de obter uma qualificação profissional, ingressando na Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA), onde concluiu o curso de Técnico em Eletrônica no ano de 1979 e foi trabalhar no Pólo Petroquímico de Camaçari.

Acontece que aquele operário almejava alcançar uma melhor posição, e em 1982 prestou vestibular para o curso de Engenharia Civil da Escola Politécnica da UFBA, tendo sido eleito para a diretoria do DA de Engenharia Civil pela chapa "O Trem da História", além de integrar o grupo político "Solidariedade", uma homenagem ao movimento pelos Direitos Humanos liderado por Lech Walesa, que nos anos 80 fazia oposição ao regime autoritário de esquerda vigente na Polônia.

No movimento estudantil, atuou junto de estudantes que iriam desenvolver sólidas carreiras no campo político, como Lídice da Mata, José Neto, Nelson Pelegrino, Jorge Solla, Walter Pinheiro, Afonso Florêncio, dentre outros.

Durante esse período, além de participar dos protestos em favor da democracia, ele se dedicava à música, tendo estudado no Seminário de Música da UFBA, com renomados professores como Ernst Widmer, Lindemberg Cardoso, Walter Smetack e outros, oportunidade em que desenvolveu o talento musical herdado de sua família materna.

No movimento estudantil conheceu a obra de autores como Machado de Assis, Lima Barreto, Celso Furtado, Paulo Freire, Nietzsche, Sartre, Camus, George Orwell, Roland Barthes, Emile Zola, Gustav Flaubert, Freud, Karl Marx, Max Weber, John Stuart Mills, e muitos outros, construindo uma ampla biblioteca pessoal.

A leitura dessas obras o aproximou das ciências humanas, e assim, em 1984 foi aprovado para o vestibular da Faculdade de Direito da UFBA, tornando-se bacharel em Direito no ano de 1989.

Perguntamos ao professor como era a Faculdade de Direito da UFBA naquele período, e a resposta veio imediata e acompanhada por risos: "Ah, tinha muita greve".

Segundo ele, "Ditadura não gosta de Judiciário, não gosta de imprensa e não gosta de Universidade e não gosta também de movimento social, porque são eles que fazem frente a ela. Então a primeira coisa que a ditadura faz é atacar o Judiciário, atacar a imprensa, atacar os movimentos sociais e atacar as Universidades".

Perguntamos sobre a presença de pessoas negras na sua turma de Direito e a resposta também veio imediata, não havia muitos. O professor pegou o seu telefone celular, buscou o grupo de *Whatsapp* da turma, e como quem garimpa ouro, encontrou duas colegas, que ao seu dizer, até seriam negras, porém, não se consideram como tal.

Destacou, porém, o professor Samuel Vida, também professor UFBA, com quem dividiu a contemporaneidade dos estudos. E nesse momento chegou à seguinte conclusão: os únicos negros da turma foram os únicos que viraram professores.

Porém, Heron Gordilho não foi um estudante de Direito comum. Nas palavras de Maurício Vasconcelos, seu colega de turma: "ele era o não-estudante de Direito, ele era a negação de tudo aquilo que podia se esperar de um estudante de Direito tradicional, a começar pelas suas vestes. Heron tinha um estilo de se vestir diferenciado daquele aluno tradicional de Direito. Embora a Faculdade de Direito não exigisse mais que os alunos adentrassem para as aulas utilizando o famoso terno... nada levava a crer que Heron viesse a seguir a carreira jurídica. Nós imaginávamos, pelo menos eu imaginava, que o curso de Direito para ele era uma passagem para outra coisa, quem sabe até a Escola de Música, a Faculdade de Comunicação. Acho que ele tinha sim um perfil mais de um estudante da FCOM, que ficava do outro lado do Vale, do que propriamente de Direito.

"Ele era o não-estudante de Direito, ele era a negação de tudo aquilo que podia se esperar de um estudante de Direito tradicional"

Isso se deve especialmente ao fato de ele não ter abandonado a carreira musical. Ao contrário. Aumentou o volume do som e deu boas-vindas ao rock. O professor Heron Gordilho fala com orgulho dos seus tempos à frente da banda de rock "Lavagem Cerebral", exibindo fotografias e capas de jornais, como *A Tarde* que os considerava "um dos melhores conjuntos de rock locais", juntamente com bandas como *Camisa de Vênus*, *Ramal 12*, *Flores do Mal* e outras tantas.

Durante a nossa conversa, o professor refletiu sobre o fato de o rock ter nascido como um gênero musical a partir da música negra, mas que foi, como outros bens culturais, sendo apropriado pelos brancos. Conta sobre a influência que sofreu de Jimi Hendrix, um negro que obteve sucesso na indústria do rock. Ele se perguntava: ora, se Jimi Hendrix conseguiu, por que eu não posso? Mas no final da história, esse sonho não deu muito certo para o nosso professor:



"No início dos anos 90, fui para a Argentina com minha banda de rock, e morei durante três meses em Buenos Aires. No entanto, a banda fracassou. Assim, vendi a guitarra e voltei para o Brasil decidido a me dedicar à carreira jurídica".

A partir de então, o professor Heron Gordilho começou a construir a carreira jurídica que hoje o mundo inteiro conhece. Em 1990, foi aprovado na seleção para o Mestrado em Direito Econômico da Faculdade de Direito da UFBA, juntamente com outros nomes conhecidos no Direito, como Saulo Casali Bahia, Lélia Guimarães, Sergio Novaes e Paulo Machado.

Logo em seguida, se tornou promotor de justiça, onde atualmente exerce do cargo de Promotor Ambiental na Comarca de Salvador. Depois, concluiu outro mestrado no curso de Ciências Sociais da UFBA.

Em 1995, a convite do ministro do STJ Antonio Herman Benjamin, participou de um curso sobre direito ambiental e direito do consumidor por ele coordenado na Université Louvain la Neuve, em Bruxelas, na Bélgica. O seu interesse pelo direito ambiental iria levá-lo a defender sua tese de doutorado na Universidade Federal de Pernambuco, onde foi aprovado com "distinção e louvor" (2007).

Em 30 de janeiro de 2001, foi nomeado pelo Reitor Heonir Rocha, como professor auxiliar no Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFBA, tendo ingressado no quadro de professores do PPGD/UFBA no ano de 2006, programa do qual tornou-se coordenador em 2015.

E depois de todo esse percurso, o que diz o professor Heron sobre a sua promoção ao cargo de professor titular da Faculdade de Direito?

Segundo ele, o feito é mais um título do que propriamente um cargo, vez que não há hierarquia entre os professores titulares e substitutos. Porém, é a coroação de uma carreira, um indicativo de que ele, enquanto profissional, alcançou o nível máximo da carreira do magistério federal. Sobre ser o primeiro negro na Faculdade de Direito a alcançar tal feito, o professor é firme a dizer que não se orgulha desse cenário, que denuncia o racismo estrutural ainda presente em nossa sociedade: "Eu não tenho orgulho, eu tenho vergonha, mas é vergonha alheia. Quem tem que explicar por que foram precisos 131 anos para que um negro ocupasse o topo no ensino jurídico da Bahia não sou eu".

"Eu não tenho orgulho, eu tenho vergonha, mas é vergonha alheia. Quem tem que explicar por que foram precisos 131 anos para que um negro ocupasse o topo no ensino jurídico da Bahia não sou eu"

Durante a formação da sua banca de qualificação, o professor Heron Gordilho sugeriu, para presidir a cerimônia, o nome do professor Edvaldo Brito, o primeiro professor negro da instituição, cuja história chega a se confundir com a história da própria Faculdade de Direito. Acontece que o Professor Evaldo Brito, em razão de não gozar do título de professor titular, não poderia presidir a mesa de acordo com normas procedimentais.

Entretanto, em vista da insistência do professor Heron, após um parecer do também professor titular Paulo Pimenta, o Departamento de Direito Público considerou que o título de professor Livre Docente pela USP, juntamente com diversos outros títulos por ele alcançado, habilitavam o professor Edvaldo Brito a participar da banca examinadora. E então, mais um negro pôde sentar-se à mesa.

Diante de tal fato, convidado a refletir sobre as dificuldades de pessoas negras alcançarem certas posições na área jurídica, o professor afirmou que "para as pessoas negras a porta das instituições estão quase sempre fechadas, e para abri-las, muitas vezes, é preciso empurrá-las".

Logo após, fizemos o seguinte questionamento ao professor Heron Gordilho: se demorou cerca de 131 anos para que a Faculdade de Direito da UFBA pudesse ter o primeiro homem negro como professor titular, quando será que poderemos ter a primeira mulher negra a também ocupar esse posto?

Nesse momento, o professor Heron fez uma breve pausa e refletiu. Embora se diga esperançoso que a implementação da política de cotas possa representar uma mudança desse cenário de exceção, vê a ausência completa de professoras negras nos quadros da Faculdade de Direito da UFBA como uma dimensão preocupante.

Por fim, perguntamos ao Professor, o que aquele menino de Candeias diria hoje para o novo professor titular da Faculdade de Direito da UFBA? E então ele respondeu: "Amigo, lembre-se que para um negro vencer no mundo jurídico é preciso muito esforço e coragem para ultrapassar as barreiras sociais impostas por uma sociedade estratificada como a nossa, mas não desista nunca de lutar pelos seus sonhos".



Samba pra rua: negra vida em movimento



Por Vanessa Nunes Lopes

As mulheres negras sempre estiveram no coração do samba. Só que aqui, quando escutar “coração”, não leve o pensamento para a cozinha: é do próprio surdo que estamos falando.

No desenho do Samba pra Rua, é das mãos de várias mulheres que esse pulsar se expande além da mais batida - e não menos importante - forma de sustentação da vida de um povo (justamente ela, a cozinha), e avança para composições, cordas, percussão e voz.





Rezado às terças-feiras, esse encontro cumpre os preceitos e mostra que sabe o que faz. Pedindo pra “Exu nos benzer, e Ogum nos dar proteção”, a canção de Ana Flauzina abre e fecha o encanto, promovendo a beleza de, cantando pra Rua, trazer a gente de volta pra casa.

Serviço:

Depois de sua primeira temporada, inaugurada no Bar de Neuzão, no Pelourinho, o Samba pra Rua agora segue na Ponta do Humaitá, juntando gente de cada canto da cidade e encruzilhando mar e lua.

Endereço: Restaurante Humaitá
Rua Mont Serrat, 54, box 1,
próximo ao Farol.

Confira a data da próxima edição
no instagram @sambaprarua.





ELEIÇÕES 2022

RETRATO DE UMA
FALHA HISTÓRICA
ANTE A BAIXA
REPRESENTATIVIDADE
DE NEGROS E
MINORIAS NAS
ESFERAS DE PODER

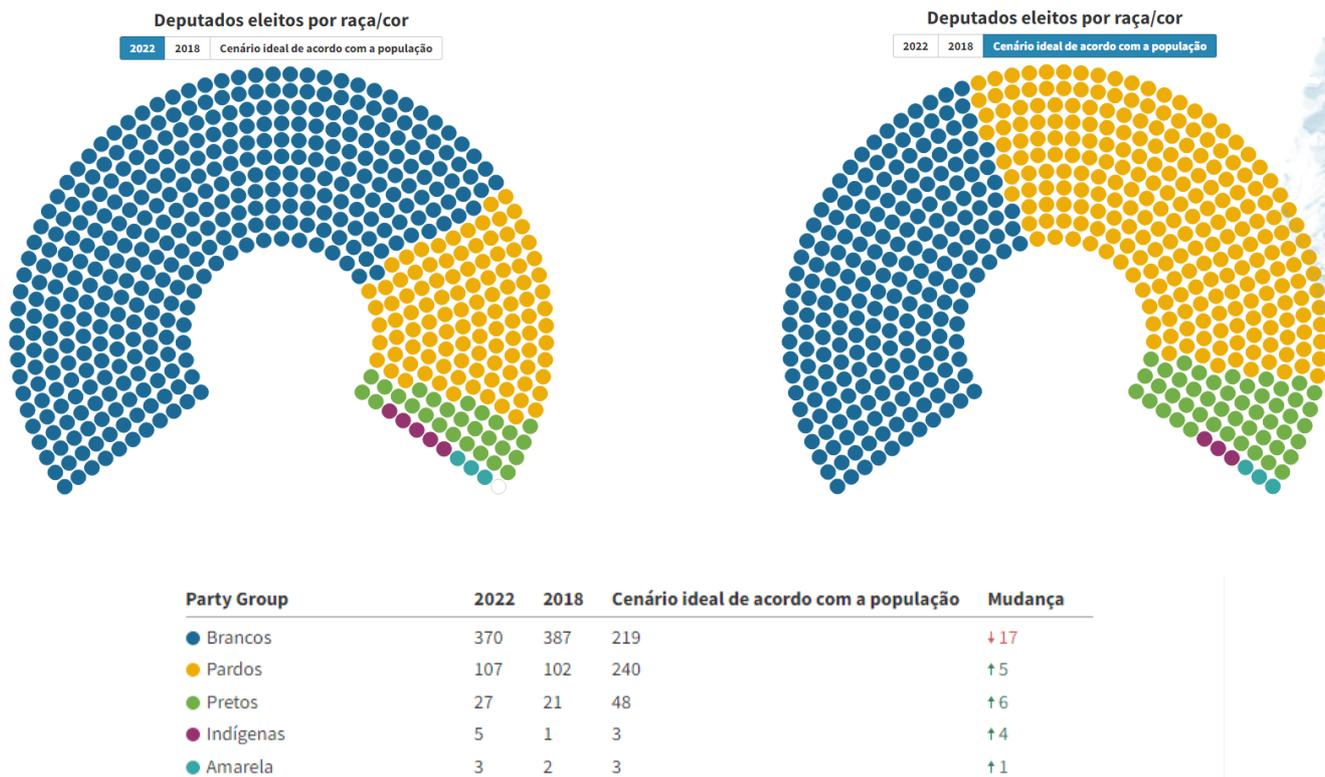
Por Brenda Sampaio

Na última disputa eleitoral, o Brasil registrou recorde de mulheres e negros registrados na disputa eleitoral, contrariando o histórico de uma política genuinamente branca, mas ainda longe de igualdade entre cores. Embora tais registros não garantam a representatividade real da população negra e também das minorias, tal avanço pode ser visto como indicativo para uma contínua conscientização e de uma insistência no movimento em busca de maior representatividade.

E foi como forma de estímulo e inserção ao aumento na candidatura de negros e mulheres no pleito eleitoral que o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional (EC) nº 111/2021, com a seguinte redação: “os votos dados a candidatas mulheres e a pessoas negras serão contados em dobro para efeito da distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)”.

A medida adotada apresentou efeitos positivos, dentre elas, 26.398 candidaturas de pessoas negras foram registradas, contudo, tais números precisariam passar por investigações de fraude. Segundo dados do TSE, um em cada três candidatos negros eleitos em 2022 já se declararam brancos em eleições anteriores, chega-se com isso à conclusão que muitos candidatos se autodeclararam negros para se beneficiar da medida, como forma de receberem os incentivos monetários destinados aos pretos e pardos. Passadas as eleições, é possível avaliar esses números de maneira concreta, o Brasil elegeu a maior quantidade de mulheres e de negros para ocupar a Câmara de Deputados. Dos eleitos, 135 deputados (homens e mulheres) se autodeclararam pretos ou pardos, 91 mulheres foram eleitas ao mesmo cargo e cinco deputados dos eleitos são indígenas, além de duas das eleitas serem mulheres trans. Já na esfera estadual, pela primeira vez fora eleito um governador indígena.

Tais números são os maiores até aqui. Contudo, o resultado das eleições ainda demonstra que a população negra, maioria da população brasileira, possui pouca representatividade na política do país, como pode ser verificado no gráfico comparativo entre os congressistas eleitos em 2022, em oposição ao cenário ideal de acordo com a população:



Os passos de avanço são ainda muito curtos, tendo em vista que o país tem 56,1% de habitantes autodeclarados pretos e pardos e 52,8% da população de mulheres e ainda assim a bancada parlamentar é composta em sua maioria por homens brancos.

Esses números demonstram um avanço, mas merecem reflexões e políticas acerca de uma maior inserção da população negra e das minorias no cenário político do país. Isso porque, somente através da diversidade e pluralidade haverá uma representação política que alcance a todos, sobretudo em relação à inclusão política acessível a todos, de modo que possibilite vez e voz ao preto, ao pobre, ao indígena e à comunidade LGBTQI+, e a todos aqueles que de algum modo são esquecidos à margem da sociedade.

O objetivo da legislação deve ser proporcionar benefícios aos candidatos negros como forma de combater o racismo estrutural, tendo em vista que brancos não foram excluídos do convívio social e nem foram

desabonados de qualquer acesso à inclusão na política, na economia e na cultura em virtude da cor de pele.

Em paralelo, a inclusão do negro neste cenário político visa não somente eleger pessoas negras, mas eleger lideranças negras que lutem em favor do movimento negro, em favor das políticas antirracistas, em favor do nivelamento social entre branco e preto e da oportunidade de proporcionar lugar de fala àquele que socialmente jamais alcançou políticas verdadeiramente inclusivas e participativas.

Fontes:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/09/01/negros-lgbti-e-indigenas-tentam-aumentar-bancadas-no-parlamento>
<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5046786-representatividade-aumenta-no-congresso-mas-resultado-ainda-nao-e-o-ideal.html>

INFORMALIDADE:

Alternativa na crise sanitária e econômica da Covid-19

Por Paula Ramaiane

Em 11 de fevereiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou a doença respiratória coronavírus (COVID-19) causada pelo vírus SARS-CoV-2. Segundo aponta a Revista National Geographic (2020), o foco epidêmico apareceu em Wuhan, cidade da China, quando um novo coronavírus passou por uma mutação após migrar de um morcego para outro mamífero, vindo a colonizar em um ser humano. A Covid-19 se espalhou rapidamente pelo mundo, alcançando o Brasil, de modo que em 16 de fevereiro de 2020 foi publicada a lei nº 13.979/2020, que estabeleceu as medidas para enfrentamento da situação de emergência da saúde pública decorrente da pandemia. Os impactos provocados pela situação de calamidade pública ensejaram o isolamento e o distanciamento social que restringiram a circulação de pessoas, principalmente impactando nos setores da economia, visto que algumas atividades não tiveram articulação para permanecerem em funcionamento. Por outro lado, outras atividades, incluindo as de essencialidade, passaram por reconfiguração para continuarem a desenvolver as demandas do serviço, principalmente com o auxílio da tecnologia, a utilização de computador ou celular que viabilizou a redução das sequelas dos efeitos da pandemia da Covid-19.

Neste contexto, os trabalhadores informais e/ou aqueles que perderam seus empregos por conta dessa crise sanitária e, conseqüentemente, da crise econômica oriunda das medidas de “lockdown”, buscaram alternativas de trabalho para proverem o próprio sustento e o da família. É importante registrar que com ou sem pandemia, a realidade do trabalhador formal está pautada no arquétipo de remoção de direitos. Neste contexto, os trabalhadores informais e/ou aqueles que perderam seus empregos por conta dessa crise sanitária e, conseqüentemente, da crise econômica oriunda das medidas de “lockdown”, buscaram alternativas de trabalho para proverem o próprio sustento e o da família.



IMAGEM: REPRODUÇÃO DMT EM DEBATE



IMAGEM: REPRODUÇÃO HOJE EM DIA



IMAGEM: REPRODUÇÃO EL PAÍS

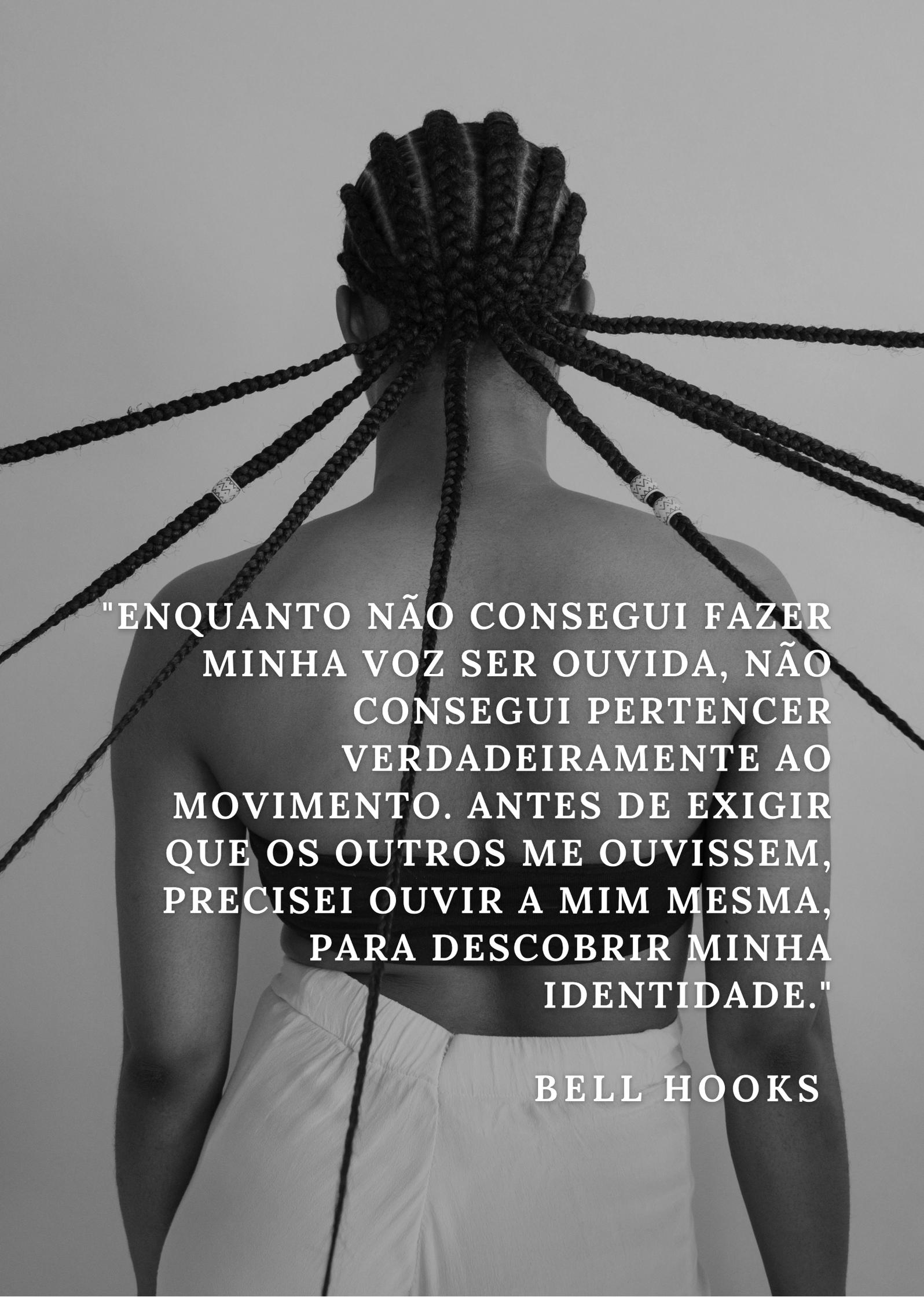
A pandemia chancela a generalização da situação dos informais, que aparecem como vendedores de balas em transporte público, preparação de alimentos para comercialização das quentinhas nas ruas, além de entregadores por aplicativos. Esse grupo é vulnerável financeiramente, pelo fato de estarem à margem do sistema de proteção social, essa proteção consiste em conjunto de ações do Estado que objetivam proteger a sociedade dos riscos naturais e socioeconômicos. Além disso, esse caráter de proteção não é estruturado para atingir a todos.

A expansão da categoria de entregadores e motoristas particulares por aplicativo fez com que as empresas sofisticassem o discurso de naturalização, ou seja, os trabalhadores são chamados de “parceiros”, suprimindo direitos trabalhistas, de modo que não é assegurado o assistencialismo previdenciário, por exemplo. A palavra da moda é a urberização, que tem sido utilizada muito além da perspectiva da empresa Uber, mas para definir o processo de organização através da tecnologia, isto porque reúne um conjunto de trabalhadores disponíveis para engendrar a demanda.

Fontes

CRUZ, Vera Lúcia; SILVA, Mayara dos Santos; NOLASCO, Deborah Martins de Souza; JUNIOR FELIX, Luiz Antônio. O impacto da Covid-19 no trabalho informal e as perspectivas pós-pandemia. REUNA, Belo Horizonte - MG, Brasil, v.27, n.2, p. 77 - 94. 2022.

MOSSI, Thays. Impacto da pandemia no trabalho informal. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jfch/index.php/br/impacto-da-pandemia-no-trabalho-informal>. Acesso em: 08 nov. 2022.



"ENQUANTO NÃO CONSEGUI FAZER
MINHA VOZ SER OUVIDA, NÃO
CONSEGUI PERTENCER
VERDADEIRAMENTE AO
MOVIMENTO. ANTES DE EXIGIR
QUE OS OUTROS ME OUVISSEM,
PRECISEI OUVIR A MIM MESMA,
PARA DESCOBRIR MINHA
IDENTIDADE."

BELL HOOKS

A MANIFESTO

É afro, é pop, é resistir

Por Janaína Barros

Tudo que quando era preto era do demônio, nas palavras de Baco Exu do Blues, depois virou branco e foi aceito, como o blues, jazz, rock, reggae, rap, vogue, samba e axé, dentre outros ritmos ancestralmente afros.

Vamos falar de música.

É com grande prazer que vos informo que vem crescendo o movimento de retomada de espaço na cena cultural soteropolitana.

A Cultura Ballroom - essencialmente, latino-americana e, principalmente, preta - nasce no final do século 20 como um movimento político que acolhe e celebra corpos e identidades: gênero, raça e sexualidade.

Celebram o Ser, a Essência e a Resistência.

Com esse espírito do que é belo e resiste ao longo dos momentos mais escuros, no último dia primeiro (sim, às vésperas do Dia de Finados) tivemos a Manifesto Bruxaria, edição Halloween.



Drag Era Shankar. Foto: Gabriel Lima (divulgação).

Para saber mais:

Pose (série), Netflix, 2018-2021.

Paris is burning (documentário), 1990.

A Manifesto “põe pra jogo” a cultura vogue, afro e LGBTQIA+ através da montagem, danças, performances, dublagens, dos desafios de ball. Participam dessa festa tanto as drags de mais tempo da cidade soteropolitana quanto alunos e professores universitários.

Ouvindo todo tipo de música e entrosando várias pequenas manifestações em uma grande manifestação cultural.

A espontaneidade dos desafios é a grande marca dos eventos que acontecem algumas vezes por ano. O palco fica aberto durante as apresentações dos DJs, mas não só para eles. Qualquer presente que esteja de acordo com a temática pode subir no palco e competir com os demais por premiações na categoria do momento: figurino, beleza, performance.



Drag Sfat Auermann. Foto: Gabriel Lima (divulgação).

Cada evento tem sua temática e convida ao exercício da criatividade das trocas de figurino no palco, das performances, do conceito atrelado à montagem toda.

Espaço aberto para ser e sentir, para dar vazão a fantasias e autoconstruções, para admirar também as produções alheias, mas, acima de tudo, para se divertir com respeito em um espaço aberto e acolhedor, onde quanto mais original ou extravagante for a personalidade, mais aplausos ela recebe.

ALGORITMOS DISCRIMINATÓRIOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL:

Por uma proteção de dados ética e antidiscriminatória

Por Karina da Hora Farias

A Smartificação da Vida

A facilidade de uso da internet contribuiu para a smartificação da sociedade, a partir do acesso maciço da internet e realização de tarefas antes inimagináveis; as tecnologias baseadas em inteligência artificial (IA), algoritmos e big data, passaram a ser acessadas através dos smartphones, que na palma da mão, trouxe grande conforto às pessoas.

Não obstante, essa superconectividade acentuada pelo distanciamento físico provocado pela pandemia, fomentou violações diversas aos dados sensíveis das pessoas, além de discriminações racial, de classe e de gênero pelo uso de algoritmos com vieses discriminatórios, além de ter incrementado os crimes cibernéticos, como pano de fundo do uso dessas inovações.

Apesar das vantagens da IA, tais tecnologias passaram a vulnerabilizar a população, a partir do uso abusivo e econômico das informações pessoais, e íntimas. Realidade que demonstrou a necessidade de maior segurança dos sistemas de IA, para tutelar o, agora, constitucional direito à proteção dos dados sensíveis e as liberdades públicas, sob pena de ferir o projeto humanitário racionalizado através do princípio da dignidade da pessoa humana.

Algoritmos, Big Data e Cooptação de Dados

Os algoritmos são recursos matemáticos e de lógica empregados com técnicas de Big Data, ou seja, processamento de grande quantidade de dados das pessoas, utilizados em máquinas inteligentes que são treinadas para substituir a ação humana na tomada de decisão.

Os investimentos em IA, em maioria, são realizados por grandes empresas de tecnologia com interesse econômico. Elas utilizam programas e redes sociais para promover um ecossistema digital capaz de cooptar dados e produzir redes de consumos, porém, nem sempre comprometidas com o bem estar social.

Os dados são cooptados no uso dessas plataformas e aplicativos digitais, por exemplo, quando preenche formulários com dados pessoais; na tarefa aparente banal de tirar uma “selfie” ou usar um filtro fotográfico no “insta” ou um mero registro em rede social como “tik tok”; no uso de senhas fracas; no click de e-mails falsos ou com links duvidosos; nas pesquisas e testes informando gostos ou modismos da internet, que em boa parte servem para captar dados biométricos do corpo e de geolocalização.

Esses dados sensíveis são informações privilegiadas suficientes para serem usadas em fraudes e discriminação algorítmica, a partir da criação de inferências sobre os usuários, cabendo em primeiro momento, a responsabilidade de cada usuário em restringir suas informações.

Algoritmos Discriminatórios

A discriminação algorítmica se processa por cruzamento de informações do banco de dados e a partir de um processo de discriminação estatística, no qual o usuário é julgado pelas características relacionadas ao seu grupo étnico, de classe ou religião, como reporta Ana Frazão no artigo “Discriminação Algorítmica” de 2019. Nesse processo, o usuário não possui qualquer recurso para intermediar ou refutar tal decisão de máquina, e por vezes, nem sabe que a decisão ocorreu sob este recurso algorítmico, o que torna a técnica questionável sob a perspectiva do livre consentimento e autonomia decisória.

Imagine, por exemplo, que um indivíduo sem dívidas financeiras tenha solicitado crédito no banco para empreender, mas, sem esperar, tem o seu pedido negado em razão do algoritmo “discriminatório” ter decidido, de modo preditivo (previsão de futuro), que o cliente tem probabilidade de tornar-se inadimplente por

morar em determinada comunidade carente, mesmo sem haver restrições pessoais no tempo da consulta. Situações desta natureza têm sido questionadas pois tais decisões vulnerabilizam grupos historicamente marginalizados como os negros, mulheres, pobres, moradores de comunidades carentes e pessoas LGBTQIA+.

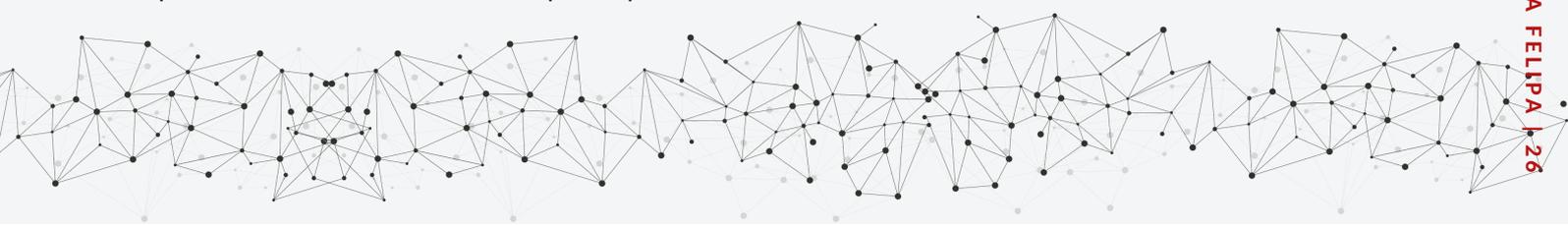
É importante conceber que mesmo não programado para tal resultado, o algoritmo das máquinas autônomas pode atuar com resultados discriminatórios em razão da imprevisibilidade dos resultados, portanto, sendo recorrente tais registros como os expostos desde 2019, na “Linha do Tempo do Racismo Algorítmico”, de Tarcízio Silva:

- Observou-se custos diferentes para pessoas brancas e não-brancas, nas plataformas de hospedagem;
- O *googlephotos* marcou negros como “gorilas” e o Facebook rotulou como “primatas” nos vídeos com homens negros;
- Filtros da base de dados “Colossal Clean Crawled Corpus” (limpeza) exclui mais documentos de autores negros, latinos e do grupo LGBTQIA+;
- A escrita “Mulher negra dando aula” na busca do Google, levou à página de pornografia;
- Usando *deepfake*, a imagem de atriz negra (Chloe Bailey) foi substituída pela imagem de uma atriz ruiva, no trailer do filme “A Pequena Sereia”.

Apesar da correção de alguns algoritmos, essas ocorrências revelam que é preciso maior qualidade do banco de dados que alimentam os algoritmos, bem como o emprego de técnicas com mais transparência, rastreabilidade e previsibilidade do sistema de IA, além de controle humano para evitar atuação exclusivamente autônoma da máquina.

Tais aspectos técnicos possuem dificuldade em avançar, sob escusa das empresas que alegam o “direito de sigilo industrial”, por vezes, desprezando a explicabilidade no controle das fases da IA, por desinteresse e descompromisso social.

Nesse sentido, é importante estabelecer fundamentos éticos e técnicos preventivos, gerando conhecimento à sociedade civil, e regulação que responsabilize desenvolvedores e centros de pesquisa, submetendo-os a critérios éticos que coibam discriminações múltiplas, além de tensionar com maior discussão e educação sobre os riscos da IA.



Princípios Éticos para Inteligência Artificial

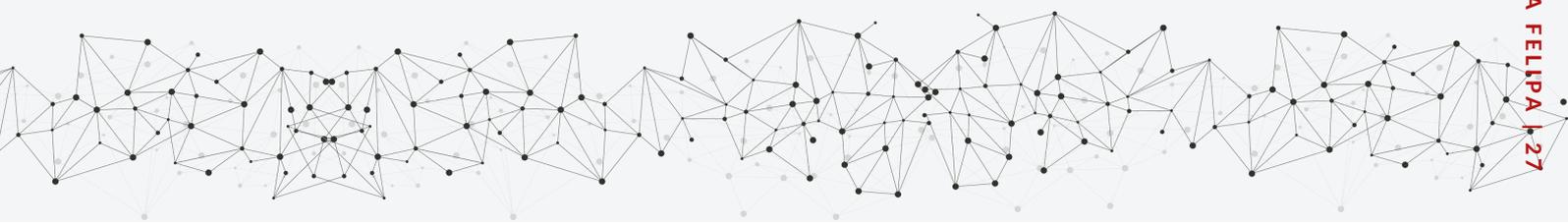
Como iniciativa, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2019, estabeleceu orientação com os principais princípios a serem respeitados na implementação de sistemas de IA, como segue:

1. Crescimento tecnológico com inclusão;
2. Respeitar o Estado de Direito, os direitos humanos, os valores democráticos e a diversidade, liberdade, dignidade, autonomia, privacidade e proteção de dados, não-discriminação e igualdade;
3. Funcionar com transparência e explicabilidade significativas quanto ao funcionamento da IA;
4. Possuir sistemas seguros, robustos e protegidos, previsíveis e rastreáveis;
5. Responsabilizar indivíduos e organizações pelo funcionamento do sistema de IA.

Na mesma direção, o Berkman Klein Center da Universidade de Harvard, em 2021, recomendou, também, como princípios de IA: a privacidade, para a pessoa consentir, controlar e restringir acesso aos dados sensíveis; a equidade e não-discriminação, com objetivo de prevenir os vieses algorítmicos racistas; o controle humano na IA, evitando a autonomia total da máquina.

Sendo discussão imprescindível para o Brasil nesse estágio de implementação de IA, reforça-se o direito à proteção de dados sensíveis e à privacidade como paradigmas jusfundamentais que não podem sucumbir no seio social, sendo necessário frear o uso dos algoritmos como ferramenta de biopoder e subjugação racial.

Ademais, compreender que apesar de ser uma faceta inovadora lúdica-encantadora destes tempos, a inteligência artificial possui muitos riscos a serem desbravados, em especial, diante do projeto humanitário das relações sociais.





"A NOSSA
ARMA MAIS
PODEROSA É
A MEMÓRIA.

ATIVAR A
MEMÓRIA É
ESTIMULAR
A LUTA."

EDSON LOPES
CARDOSO

POR BÁRBARA MACRI

'SALVAMOR' É BARRIL

NÚMEROS DA VIOLÊNCIA
ARMADA ATRAEM INS-
TITUTO DE CONTAGEM DE
TIROS PARA A CIDADE

A situação baiana chamou a atenção das pesquisadoras do Fogo Cruzado, organização que já atuava no Rio de Janeiro e em Pernambuco. O instituto produz dados sobre disparos de armas de fogo. Através de um aplicativo de celular, o Fogo Cruzado recebe e disponibiliza informações sobre tiroteios checadas em tempo real. Assim a população pode se proteger nos deslocamentos pela cidade e, principalmente, a sociedade consegue saber o tamanho do buraco em que estamos enfiados.

A ausência de dados sobre disparos de arma de fogo foi o que mobilizou a fundadora do Fogo Cruzado, Cecília Olliveira, a correr ela mesma atrás da informação não disponibilizada pelo poder público. Em 2016, a jornalista começou a contabilizar manualmente tiroteios e disparos de arma de fogo no Rio através de um monitoramento em redes sociais, informes policiais e imprensa.

Atualmente, a plataforma monitora tiroteios nas regiões metropolitanas do Rio, do Recife e de Salvador. A produção dos dados fica por conta dos analistas que buscam ativamente informações públicas em redes sociais e veículos de comunicação e da colaboração dos usuários do aplicativo, que podem registrar ocorrências de violência armada que serão disponibilizadas após checagem.

Infelizmente não foram boas notícias que trouxeram o Fogo Cruzado a Salvador.

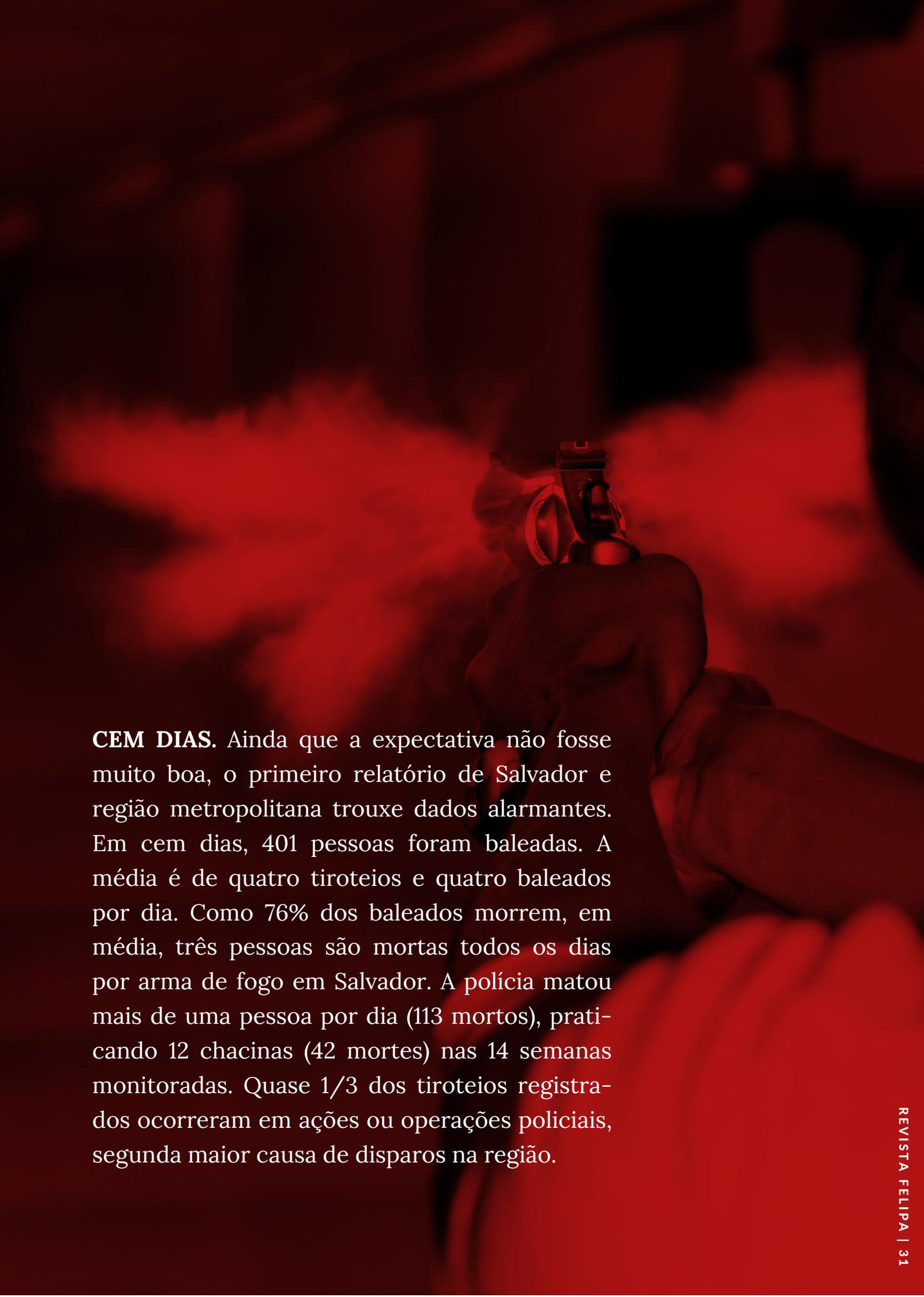
Para definir a nova região de atuação, o instituto fez uma extensa pesquisa sobre violência armada em que a Bahia apareceu como o Estado com maior risco de morte por arma de fogo no Brasil. Os dados a seguir são todos deste relatório.

Segundo o levantamento, o estado acumulou o maior número de vítimas letais por arma de fogo desde 2004. Além disso, a Bahia é responsável por um dos maiores números de mortes decorrentes de intervenção policial. Entre 2015 e 2020, 17% de todas as mortes violentas no estado foram fruto de atuação policial. Outro fato que agrava a violência armada na Bahia é o grande número de facções que aqui atuam, disputando território e mercado para o comércio ilegal de drogas.

Adicione-se a essa receita explosiva o dado de que, nos últimos três anos, os registros de posse de armas no estado triplicaram e vai entender a urgência em se produzir dados de qualidade sobre violência armada na Bahia.

É inegável a importância de coletar e organizar dados para a elaboração de políticas públicas que mudem essa realidade. Ante a inércia das SSPs, SAPs, e SEAPs da vida, o Fogo Cruzado se empenha na produção, organização e acesso à informação sobre violência armada como um ponto de partida para a necessária transformação deste cenário.





CEM DIAS. Ainda que a expectativa não fosse muito boa, o primeiro relatório de Salvador e região metropolitana trouxe dados alarmantes. Em cem dias, 401 pessoas foram baleadas. A média é de quatro tiroteios e quatro baleados por dia. Como 76% dos baleados morrem, em média, três pessoas são mortas todos os dias por arma de fogo em Salvador. A polícia matou mais de uma pessoa por dia (113 mortos), praticando 12 chacinas (42 mortes) nas 14 semanas monitoradas. Quase 1/3 dos tiroteios registrados ocorreram em ações ou operações policiais, segunda maior causa de disparos na região.



Segundo o Fogo Cruzado, informações sobre gênero e idade das vítimas não são difíceis de encontrar, mas dados sobre raça são raros. Em 75% dos casos, não há qualquer informação sobre a raça da vítima. Sabemos que a ausência desse dado não é aleatória. Ainda assim, das vezes em que foi possível verificar a raça, pessoas negras foram 4 vezes mais vitimadas pela violência armada do que as pessoas brancas. Este é mais um número que grita a desigualdade suportada pela população negra no Brasil.

Por isso, é preciso que se olhe com cuidado para o que está acontecendo em Salvador, cidade onde mais de 82% da população se autodeclara negra. Quando o assunto é violência e grupos armados, o Rio de Janeiro ainda domina o imaginário social. Entretanto, a Bahia apresentou nesses primeiros cem dias dados piores que os cariocas. Como por exemplo o número de tiroteios que terminam com um baleado – 65% em Salvador e 17% no Grande Rio.

O caminho é longo e acidentado, mas a produção desse tipo de informação é primordial para pressionar o Estado por melhores políticas públicas e uma polícia menos assassina. Os baianos têm o direito de saber o que está acontecendo com seu povo.

~~DIGA~~

~~SEUS~~

~~NOMES~~



PARA OUVIR

5 podcasts sobre cultura, história e vivências negras

Por Laíse Nunes Mariz Leça



Projeto Querino

O projeto Querino mostra como a História explica o Brasil de hoje. Uma História que talvez você ainda não tenha ouvido, lido ou visto. Um olhar afrocentrado para a formação do Brasil, a contribuição afrobrasileira e a ganância desenfreada dos escravizadores: o país que mais importou escravizados no mundo também foi o último das Américas a abolir a escravidão.

AfroPai

Um podcast sobre paternidade negra. Caio, Leandro e Diego falam de suas crias, experiências, angústias e medos e, principalmente, de negritude.

Negro da Semana

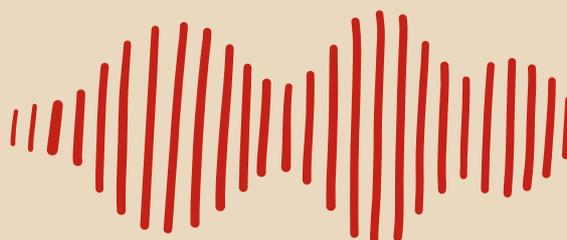
Neste podcast, Alê Garcia celebra as grandes personalidades negras da História.

Vidas Negras

Vidas negras importam. E, aqui, elas são celebradas. No Vidas Negras, podcast original do Spotify, o jornalista Tiago Rogero analisa e entrelaça a trajetória e a obra de personalidades da história e da atualidade.

Angu de Grilo

Duas mulheres, duas gerações, duas cariocas, duas jornalistas. A leveza, o bom humor, a informalidade e a intimidade de Flávia Oliveira e Isabela Reis dão o tom dessa conversa entre mãe e filha que dão pitacos sobre tudo.



CASO BARBOSA:

O estigma do goleiro negro

Por Fernanda Ferreira

O atual melhor goleiro do mundo para a Fifa é o senegalês Édouard Mendy, que defende o Chelsea, da Inglaterra. Ele também ganhou o prêmio de melhor da posição no futebol europeu na temporada 2020/2021. No mundo, talvez essa informação não tenha causado tanto choque, mas, para muitos brasileiros, o fato de o melhor goleiro do mundo ser negro tem um papel de certa forma libertador. Tudo começou com um dos maiores nomes da posição no país, segundo aqueles que o viram jogar. Moacyr Barbosa era ídolo do Vasco e assombrava com grandes defesas, mas tudo mudou depois da final da Copa do Mundo de 1950, perdida pelo Brasil para o Uruguai no Maracanã, no Rio de Janeiro.

A Barbosa foi atribuída a falha crucial que acabou com a chance de o Brasil conquistar o primeiro título mundial, no segundo gol dos uruguaios, que definiu o resultado em 2 a 1. Mais importante ainda, dentro de casa. A partir dali, o goleiro passou a ser tratado como um pária. Outros jogadores já foram perseguidos por eliminações em Copas do Mundo, mas há uma espécie de consenso tácito de que ninguém foi tão perseguido quanto Barbosa. E muitos atribuem essa perseguição desproporcional à cor da pele dele.



O ex-goleiro, falecido no ano 2000, aos 79 anos, lamentou diversas vezes em vida os efeitos devastadores da intolerância e do racismo na vida dele. Uma de suas declarações que se tornou mais célebre e foi repetida em algumas entrevistas dá uma noção do quão absurda foi a reação à suposta falha. “No Brasil, a pena máxima é de 30 anos, mas pago há 40 por um crime que não cometi”.

Sobre o caso, o famoso dramaturgo Nelson Rodrigues comentou. “Vejam 50. Quando se fala em 50, ninguém pensa num colapso geral, numa pane coletiva. Não. O sujeito pensa em Barbosa, o sujeito descarrega em Barbosa a responsabilidade maciça, compacta da derrota”.

A má fama de Barbosa potencializada pelo racismo prejudicou muitos outros jogadores negros que buscaram ser goleiros ao longo dos anos seguintes, racismo esse reproduzido escancaradamente inclusive por outros atletas, como ocorreu com o ex-jogador baiano Edilson. Ao opinar sobre Jaílson, goleiro do Palmeiras, Edilson disse que não o considerava como titular do time paulista por não confiar nele. E o motivo ele deixou explícito: por ser negro. Na ocasião, o ex-atacante foi interpelado pela bancada do programa, que usou o exemplo do goleiro Dida para defender que não se poderia atribuir má atuação a goleiros por serem ou não negros, mas Edilson contra-atacou afirmando, absurdamente: “Deixa chegar a hora certa. O Dida não era negão. É pardozinho. Tem coisas no futebol que vocês que não jogaram, vocês não entendem. Goleiro negão é igual...”, completou.

O preconceito gerou um estigma grande a outros goleiros negros.

Durante muito tempo, era comum ouvir pessoas falarem sem cerimônia sobre diversas explicações para o motivo de goleiros negros não serem confiáveis. Algumas das explicações mais comuns diziam que negros não enxergariam bem à noite, que tinham problemas de concentração ou simplesmente que dariam azar para o time.

O doutor em filosofia Silvio Luiz Almeida, em entrevista para o site da ESPN Brasil, deu uma declaração que explica bem o motivo que enquadra toda essa situação vivida por goleiros negros no Brasil como um exemplo inquestionável do racismo estrutural existente no País.

“Uma das coisas sobre ser negro no Brasil é que você é sempre olhado como parte de um grupo. Nunca como um indivíduo. Ou seja, o erro do negro é o erro de todos os negros. Coisa que não acontece com os brancos. Os brancos, inclusive, têm o direito de errar individualmente. E como erra enquanto indivíduo, eles podem se corrigir, eles são passivos de perdão. Agora, o erro de um negro é o erro de todo mundo”, disse Almeida.

Essas notícias geralmente têm mais destaque quando acontecem nos grandes centros futebolísticos, mas os jogadores de futebol, que são em sua maioria negros no Brasil, sofrem com o preconceito no dia-a-dia, como ocorreu com o ex-goleiro Aranha.

Ele não falhou nem sofreu um gol que prejudicou o Santos, mas ficou marcado por reagir aos gritos racistas vindos das arquibancadas da Arena do Grêmio, durante uma partida pela Copa do Brasil de 2014.

“Nunca toco nesse assunto. Eu espero que as pessoas me perguntem. Aí eu respondo. Sempre tem aquele que fala, ‘você usa aquela história do Grêmio para se promover...’ Não! O que me incomoda é a negação. É negar um fato. Sempre foi difícil para o negro provar, enfrentar esse tipo de situação. Se você não tem como provar, você acaba prejudicado. Mas naquele caso tem a imagem. Deveria ter mais de 20 mil pessoas me atacando verbalmente, cometendo injúrias. Eu pedia aos câmeras: ‘Cara, filma isso! Vira a câmera pra lá. Por que vocês não estão filmando?’. Eles estavam com o foco em mim, porque o negro é o agressivo, o negro é o desequilibrado. A expectativa maior era pela minha reação. Eu fazer um gesto obscuro, xingar o torcedor. Aí eu seria muito mais punido”, lembrou. A repercussão foi muito grande e colocou Aranha nos holofotes, mas a forma como o caso foi tratado pela mídia não ajudou a conscientizar as pessoas, diminuindo manifestações como aquela. O reflexo acabou sendo sentido mesmo pelo goleiro.

Sobre ataques racistas, Aranha vivenciou antes do caso em Porto Alegre, inúmeras outras situações. Ele relembra histórias de quando era rejeitado nas peneiras ou até mesmo na base de clubes importantes por não “atender ao padrão”.

“Eu fui dispensado umas três vezes por causa da minha cor. ‘Por que vamos ficar com esse cara aqui se goleiro negro não vinga?’. Uma vez eu fiz um amistoso, joguei muito e aí o presidente do clube pegou na minha mão, me deu parabéns e falou ‘Pena que você é negro’.”

São histórias do futebol brasileiro. Goleiros negros que falharam. Ou nem isso. Goleiros falham independente da cor de pele. Mas no Brasil são marcados na pele e na alma.

São casos reais com alguns componentes irreais. Muitos deles injustos e que seguem acontecendo não só no Brasil, mas ao redor do mundo, quando jogadores brasileiros são alvos de ataques racistas nos estádios, em suas vidas públicas, apenas por serem negros.



TÁ NA MODA

5 marcas baianas de forte influência africana que estão dominando as passarelas

Por Laíse Nunes Mariz Leça

Isaac Silva

Uma trajetória regada de energia positiva, que entrega verdade, amor e alegria em cada peça de roupa confeccionada.

“Acredite no seu Axé” - lema da marca e que estampa uma série de produtos - é uma filosofia de vida, que não está no campo material mas que interfere nas criações, entregas e resultados de Isaac Silva. Uma espiritualidade que trouxe para a vida profissional da estilista um ambiente de calma e prosperidade sentido por qualquer pessoa que consome sua moda.

São cinco anos de história de uma marca jovem ativista, que desafia o preconceito racial através de criações repletas de referências afro-brasileiras e indígenas. Nascida em Barreiras, cidade do interior da Bahia a 800 quilômetros de Salvador, Isa se tornou a queridinha de celebridades como Elza Soares e Gaby Amarantos, artistas e influenciadoras. Até a atriz Viola Davis já foi vista usando uma peça da estilista. O sucesso da marca garantiu colaborações com grandes empresas, como Havaianas, Magazine Luiza e C&A.



Foto: Carine Wallauer (reprodução)



Fotos: Instagram @isaacsilvabrand (divulgação)

Meninos Rei

Meninos Rei é uma marca baiana, de Salvador, criada pelos irmãos Céu Rocha e Júnior Rocha, figurando no mundo da moda desde 2014. O que começou numa pequena produção à pedido de amigos, aos poucos se expandiu e alcançou notoriedade no mercado da moda e consumidores. A marca se consolidou de forma expressiva estreando no maior evento de moda do Brasil e mais importante da América Latina, a SPFW (São Paulo Fashion Week).



Foto: Arezzo (divulgação)

O trabalho reverencia a ancestralidade, tendo como base os tecidos africanos, ao mesmo tempo em que se conecta com o contemporâneo em criações modernas afro-urbanas, que se utilizam de técnicas como o patchwork e abusam de modelagens ousadas, que fogem do óbvio. A proposta da marca é enaltecer a cultura ancestral e celebrar a raça.



collab para a coleção de 50 anos da Arezzo!



Fotos: Instagram @meninosrei (divulgação)

Ateliê Mão de Mãe

Inspirado pela sua mãe, Luciene, Vinicius Santanna fundou o Ateliê Mão de Mãe, que trabalha exclusivamente com peças em crochê.

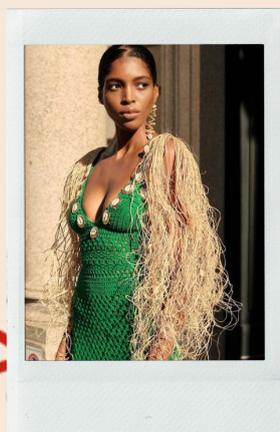
Luciene já fazia peças de roupa há muito tempo, sem a devida valorização, e foi na pandemia, precisando aumentar a renda da família, que Vinicius decidiu investir na criação da marca.

O trabalho artesanal permite colocar um misto de sentimentos e prezar pela exclusividade das peças do Ateliê, que tem Patrick Fortuna como diretor criativo.



Foto: divulgação

Mesmo tão jovem, a marca já conta com participações na São Paulo Fashion Week e na Milano Fashion Week e caiu nas graças de vários artistas e celebridades.



Fotos: Instagram @ateliemaodema (divulgação)

Dendezeiro

Dendezeiro é uma marca baiana fundada em 2019 e dirigida por Hisan Silva e Pedro Batalha. Hisan e Pedro entendem a marca para além dos moldes de uma marca de roupa, compreendendo que ela expressa, também, um estilo de vida. Diversidade, pluralidade, inclusão, representatividade e possibilidades são os pilares da marca, utilizando o fashion como plataforma de emancipação para pessoas reais. A Dendezeiro trabalha com modelagens inteligentes para uma mesma peça caber em corpos diferentes.



Foto: Dário Neto (divulgação)

É uma marca agênero que entende a pluralidade das pessoas como algo impossível de medir, visualizando as roupas como forma de expressão, algo que não tem gênero.

A Dendezeiro foi a primeira marca do Brasil a fazer uma collab com o Instagram (IGDND), e considerada a maior marca preta do Brasil pelo Site Mundo Negro.

Em junho de 2022, a Dendezeiro fez sua estreia na SPFW com a coleção Tabuleiro, uma coleção de inverno que traz peças ajustáveis com um mix de alfaiataria e o DNA street, dividida em cinco pratos principais, acarajé, abará, caruru, vatapá e cocada, as texturas e sensações são traduzidas através da sarja e malhas de algodão, matéria prima principal da Dendezeiro, unidos a outros tecidos e materiais como miçangas e elementos que referenciam a cultura baiana e o tabuleiro de acarajé. Retratando o cotidiano soteropolitano e trazendo um pouco da poesia urbana, a coleção reforça como o tabuleiro de acarajé se conecta com as religiões de matrizes africanas e seus conhecimentos, com as artes de rua, com os talentos em manufatura, na vida e no DNA do povo baiano.



Fotos: Instagram @dendezeiro (divulgação)

Mônica Anjos

Desde a década de 90, a estilista Mônica Anjos define seu trabalho como moda com identidade. Nascida e criada em Salvador, a grife, que carrega seu próprio nome, tem uma trajetória de sucesso no mercado da moda afro e cada vez mais projeção nacional.

A marca já vestiu Beth Carvalho, Vanessa da Mata, Margareth Menezes e Mariene de Castro, entre outras, e já apareceu em revistas como Vogue e Marie Claire.

Foi indicada ao Prêmio Prime 2015, entre as 10 melhores marcas de Salvador na categoria Roupas Femininas, e venceu o Troféu Mama África.



A MULHER-REI

Uma resenha sobre o filme estrelado por Viola Davis

Por Joice Miranda Schmücker

Dirigido por Gina Prince-Bythewood e com roteiro de Dana Stevens, “A Mulher-Rei” foi lançado no Brasil em setembro deste ano com imediato destaque pelo protagonismo feminino dentro e fora das telas.

O filme é ambientado no continente africano em 1823 e conta a história das agojies (ou ahosi), a guarda-real formada por guerreiras de elite do Reino Daomé (onde hoje está localizado o Benim), durante o ápice do comércio e da escravização de pessoas na África.

Nanisca, a personagem central da história é a líder das agojies é interpretada por Davis, premiada atriz e ativista norte-americana, que brilha ao dar vida à complexa general.

A atriz alcançou a Tríplice Coroa da Atuação sendo premiada com as maiores honrarias do cinema, televisão e teatro, conquistando um Oscar, um Emmy Award e dois Tony Awards.

A guerreira, apesar de vitoriosa em seus combates, teme pela segurança de seu povo e pelas consequências da expansão do comércio de pessoas, descrevendo-o como um círculo vicioso, no qual pessoas são vendidas para comprar armas e compram armas para capturar mais pessoas. Ela se empenha para convencer o rei Ghezo (John Boyega) de que sua nação possui riquezas capazes de assegurar a prosperidade do povo, sem depender da escravização humana.

Uma figura que cativa o espectador é a jovem Nawi (Thuso Mbedu), oferecida ao rei para se tornar uma guerreira após rejeitar um noivo rico e abusivo arranjado por seu pai. A força da menina ao se insurgir contra os maus-tratos de homens que a utilizam como moeda de troca se relaciona com a realidade da sociedade misógina que hodiernamente subjuga corpos femininos.



Enquanto se prepara para a prova de seleção das agojies, a insubordinada Nawy passa a desmistificar os segredos das misteriosas guerreiras, entendendo o grupo como uma irmandade feminina, que entoa o juramento sagrado que as tornam irmãs, “você vivem por mim e eu vivo por vocês”. Nesta irmandade, dores singulares e tragédias distintas encontram acolhimento num exercício concreto de dororidade – acolhimento das dores que unem as mulheres negras para além do machismo – e construção de uma dignidade denegada.

A violência sexual é pautada como uma habitualidade típica do cotidiano real, que ultrapassa as barreiras do ficto, e também do continente africano, como uma representação de dados reais que atravessam a existência da população feminina em escala global. O filme desmistifica muitas das narrativas coloniais sobre a escravização da população africana, mostra a dura realidade a que eram submetidas as pessoas comercializadas e os confrontos paralelos entre nações africanas fortalecidos pela influência dos colonizadores.

O Brasil aparece representado no personagem Malik (Jordan Bolger), filho de mãe negra escravizada e pai branco colonizador, que viaja ao continente para conhecer a origem e história de sua mãe. O brasileiro observa as possibilidades de existência da população preta fora do regime escravocrata, percebendo que a escravização é uma condição imposta à pessoa e não elemento do seu ser, como exaustivamente reproduzido.

Esta narrativa é necessária para refutar o conto colonial de que o continente africano era selvagem e subdesenvolvido, demonstrando a complexidade das civilizações, com estrutura política, econômica e relações diplomáticas bem desenvolvidas. A resistência à comercialização de pessoas contradiz ainda a narrativa da natural escravização de seres humanos na África, quando retrata as objeções e conflitos instaurados a partir dessa problemática.

Fé e ancestralidade marcam significativamente o filme, quando as guerreiras pedem força aos deuses para as batalhas, quando se despedem de seus mortos e quando o rei, honrando o culto aos deuses gêmeos, nomeia uma mulher-rei para governar em conjunto, papel atribuído à general Nanisca. Reverenciando o papel fundamental que a ancestralidade possui na resistência da população preta à escravização de seus corpos e na sua sobrevivência.

A coroação da guerreira, ativista, general, mãe e mulher parece o desfecho perfeito para essa obra, que dá o merecido protagonismo à resistência feminina durante o período colonial, que no Brasil encontra correspondência na história de Maria Felipa, itaparicana que lutou pela independência da Bahia. O papel que as mulheres exerceram na preservação dos costumes e tradições de seus povos, além do ativismo social e militar, possibilitaram a resistência e dignificam a existência dos seus, durante o período colonial e atualmente.

O filme foge dos enredos tradicionais de Hollywood e do estereótipo de “homem branco salvador”, ao eleger a mulher preta como salvadora do seu próprio povo, sem romantizar a trajetória da personagem, pautando inclusive as adversidades de gênero e raça que a atravessam. Sessão obrigatória para os que desejam enriquecer os conhecimentos sobre a colonização no continente africano e estratégias femininas de resistência.

SEMPRE SUSPEITAS

Por Marinho Soares

No Brasil, as pessoas suspeitas de cometerem crimes são identificadas, ainda, com base em teorias ditas científicas que foram defendidas por teóricos como Cesare Lombroso, Nina Rodrigues e Louis Couty e que já foram superadas há mais de um século. Uma pessoa negra, ao sair de casa, diante de experiências conhecidas ou até mesmo sofridas, sabe que não deve sair sem portar seus documentos pois, a qualquer momento, pode ser interpelada pela polícia e a falta de documento pode ter consequências nada agradáveis.

Surge a pergunta: andar sem documento é crime? Caso não seja, por que a população negra sempre tem esse questionamento a responder quando sai de casa: "Pegou o documento?". Esta indagação geralmente é feita pela mãe com o objetivo de proteger o ente querido de algo ruim que pode acontecer. Entretanto, andar sem documentação é crime?

O Código Criminal de 1830, em seu art. 295, descreve o seguinte delito: "não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta e útil de que possa subsistir, depois de advertida pelo juiz de paz, não tendo renda suficiente". Esta era a tipificação do crime de vadiagem, que foi feita para justificar a prisão das pessoas negras que não achavam trabalho e, por que não dizer, era uma lei que, de fato, coagia as pessoas a trabalharem sob qualquer condição imposta pelo empregador.

Ainda em vigor, a Lei de Contravenções Penais, de 1941, mais de um século depois do Código Criminal, traz no art. 59: "entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita". Ou seja, qualquer pessoa que não trabalhe e estando em condições físicas para isso, pode ser enquadrada como uma contraventora. Pobre das pessoas já pobres e desempregadas que também podem ser acusadas de contraventoras, portando ou não documento de identidade. É urgente destacar que se trata de uma legislação que só serve para lembrar às pessoas negras que, a qualquer momento, elas podem ser enquadradas!

Hoje, 134 anos após a abolição da escravatura, continuamos tendo leis para constranger e penalizar pessoas negras, e estas continuam tendo que naturalizar (se não, ficam paranoicas) serem sempre observadas e seguidas por agentes de segurança, seja por vigilantes, quando entram no shopping para fazer compras, ou seja pela polícia quando vão na padaria da esquina comprar pão para tomar café. Os números e as pesquisas ratificam que a carne mais barata do mercado é a carne negra, saltam os olhos a ponto de até o "cego poder ver" que as pessoas negras são sempre suspeitas!



felipa

DIREITO, CULTURA E RELAÇÕES RACIAIS

EDIÇÃO ÚNICA
DEZEMBRO 2022